

HABEAS CORPUS Nº 568.411 - SP (2020/0073732-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MAIRA FERREIRA DIAS - SP330196
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIS NANGER PEREIRA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUIS NANGER PEREIRA DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0010582-07.2017.8.26.0635).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), à pena de 6 anos e 3 meses de reclusão, no regime inicial fechado, e, como incurso no art. 329 do Código Penal (resistência), à pena de 2 meses e 10 dias de detenção, no regime inicial semiaberto.

Segundo consta dos autos, o paciente foi detido na posse de aproximadamente 76g (setenta e seis gramas) de maconha, 50ml (cinquenta mililitros) de lança-perfume, 3 comprimidos de LSD, 2,9g (dois gramas e nove decigramas) de *crack* e 40g (quarenta gramas) de cocaína (e-STJ fl. 40).

Interposta apelação, foi negado provimento ao recurso. O acórdão está assim ementado (e-STJ fl. 46):

Tráfico ilícito de entorpecentes e resistência (art. 33, “caput”, da Lei de Tóxicos e art. 329, “caput”, do Código Penal). Crimes caracterizados, integralmente. Flagrante inquestionável. Acondicionamento, variedade e quantidade das drogas que revelam comércio. Palavras coerentes e incriminatórias de Policiais Militares. Versão exculpatória inverossímil. Tráfico configurado. Condenação imperiosa. Responsabilização inevitável. Apenamento acertado. Impossibilidade de aplicação da causa de diminuição do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06. Regime inicial fechado único possível, quanto ao crime de tráfico de drogas. Impossibilidade de substituição da corporal por penas restritivas. Apelo improvido.

Alega a defesa no presente *habeas corpus* ser indevido o aumento imposto à pena-base. Com relação ao delito de tráfico de entorpecentes, sustenta ser

Superior Tribunal de Justiça

cabível a aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006. Por fim, pretende a fixação de regime prisional mais brando para ambos delitos e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Requer, liminarmente, que seja assegurado ao paciente o direito de permanecer em liberdade.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito. Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator